



Sustainable Agriculture
for Forest Ecosystems



Agricultura Sustentável para Ecossistemas Florestais – SAFE



Cofinanciado pela
União Europeia



cooperação
alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT



Ministry of Foreign Affairs



Por meio da

giz
Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA E
PECUÁRIA



GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Agricultura Sustentável Para Ecossistemas Florestais – Safe

*Policy Brief*¹

O projeto Agricultura Sustentável para Ecossistemas Florestais (SAFE) tem por objetivo fomentar uma transição para cadeias de valor mais sustentáveis, fortalecer capacidades de atores públicos, privados e de produtores e produtoras rurais, fortalecer a cooperação entre diferentes atores das cadeias produtivas e promover sistemas de produção sustentáveis que agreguem valor e melhorem as condições socioeconômicas das comunidades rurais.

Por meio de atividades globais em dez países selecionados - Brasil, Burundi, Camarões, Equador, Indonésia, Peru, República Democrática do Congo (RDC), Uganda, Vietnã e Zâmbia - o projeto SAFE busca promover cadeias agropecuárias sustentáveis que contribuam com a conservação de ecossistemas florestais. O projeto é cofinanciado pela União Europeia, Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos e pelo Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). No Brasil, é implementado por meio de uma parceria entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

Em território brasileiro, o projeto trabalha numa abordagem multinível, apoiando

políticas públicas e abordagens setoriais no nível federal e estadual. Atividades finalísticas são desenvolvidas na região da Transamazônica e Xingu no Pará trabalhando com famílias de produtores e produtoras em assentamentos, associações e cooperativas da região. No âmbito local, as instituições e as instâncias de governança serão fortalecidas para promover cadeias produtivas sustentáveis com sensibilidade à equidade de gênero. Os produtores e produtoras locais são capacitados para a gestão sustentável dos sistemas de produção e acesso a mercados. No âmbito nacional, fortalece as políticas públicas e instrumentos para a sustentabilidade e transparência nas cadeias produtivas do cacau e da carne bovina, como Plano ABC+, Plano Amazônia + Sustentável, Plataforma AgroBrasil + Sustentável, InovaCacau 2030, Programa da Pecuária Sustentável no Pará, entre outras iniciativas. No âmbito internacional, informações, experiências, lições aprendidas e inovações sobre o tema de cadeias produtivas sustentáveis são compartilhadas com grupos-alvo em diversos países parceiros.

A fim de caracterizar o território no início do projeto e coletar informações centrais para mensurar os seus impactos, o IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, conduziu um denso estudo de

¹ Estudo realizado pela equipe IPAM, composta por Álvaro Maia Batista, Ana Júlia Moreira, Bruna Balieiro, Edivan Carvalho, Elisângela Trzeciak, Graciela Froehlich, Guilherme Oliveira, Laís Sousa, Lucimar Souza e Reginaldo Rocha.

base em sua região de intervenção. Os principais resultados e recomendações para promover cadeias produtivas sustentáveis são apresentados neste documento.

Sendo assim, este *Policy Brief* compila informações sobre os temas de uso e cobertura de solo, questões fundiárias, ambientais, acesso ao crédito e assistência técnica, relações comerciais e parcerias inclusivas, organização social e produtiva, relações de gênero, além de políticas públicas para a sustentabilidade e ferramentas de rastreabilidade. Estas informações podem servir como insumos relevantes para políticas públicas e atividades de fomento nas cadeias produtivas em foco e comunidades rurais amazônicas por atores do setor público, privado ou do terceiro setor na região.

Região do estudo

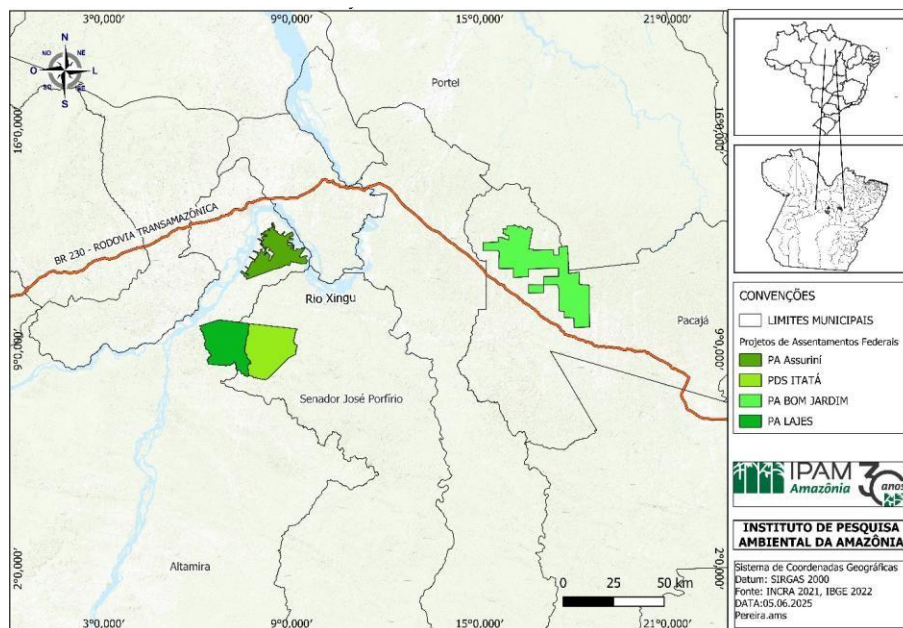
O projeto SAFE tem atuação multinível e, no Brasil, tem incidência local no território que abrange quatro Projetos de Assentamento (PAs) no Pará: o PA Assurini, situado na cidade de Altamira; o PA Bom Jardim, estabelecido no município de Pacajá e em uma pequena porção de Portel; o PA Itatá, sediado em Senador José Porfírio, e o PA Lajes, localizado no município de Senador José Porfírio e em parte de Altamira.

Os quatro Projetos de Assentamento situam-se na região de influência da rodovia BR-230, a Rodovia Transamazônica e do Rio Xingu. A região selecionada é ocupada por agricultores(as) familiares que têm na cacauicultura e na pecuária suas principais fontes de renda.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um assentamento de reforma agrária é “um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural”. **Aqueles(as) que recebem os lotes devem residir na área e utilizá-la para garantir sua subsistência, empregando principalmente mão de obra familiar. Além disso, são estimulados a desenvolver atividades produtivas no território.** Existem várias modalidades de assentamento e um Projeto de Assentamento Federal (PA) é uma delas. As demais modalidades e o processo de titulação podem ser conhecido na página do Instituto na internet:



Figura 1. Localização dos Projetos de Assentamento



Fonte: INCRA; IBGE.

O PA Assurini é o mais antigo entre os quatro projetos de assentamento. Criado em 1995, situa-se a uma distância de aproximadamente 16 quilômetros do centro urbano de Altamira, e é um importante produtor de cacau da região. O PA Bom Jardim, em Pacajá, foi criado dois anos depois, em 1997, e é o maior em extensão territorial entre os quatro PAs. Com forte tradição pecuária, é o assentamento com maior extensão de área já desmatada. A região dos PAs Lajes e Itatá constitui a franja de mais recente disputa territorial e consequente desmatamento na região de intervenção do projeto SAFE no Brasil. O território fora inicialmente designado como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) pelo Inbra, em 2006, denominado

Metodologia

A metodologia da pesquisa de base lançou mão de estratégias qualitativas e quantitativas, além de revisão bibliográfica e análises de sensoriamento remoto. Estas últimas foram empregues para examinar as mudanças de uso e cobertura do solo e compreender as dinâmicas de desmatamento na região de intervenção do projeto. O levantamento quantitativo foi realizado com agricultores(as) familiares residentes nos Projetos de Assentamento (PA) Assurini, Lajes, Itatá e Bom Jardim. Foram realizados 221 questionários, com 107 perguntas, em janeiro de 2023. Além disso, foram realizadas 05 rodas de conversa - duas com mulheres agricultoras, duas com jovens e uma com cooperativas de cacau - e 25 entrevistas com atores-chave das cadeias do cacau e da pecuária.

PDS Itatá. Antes de sua formalização, o território do PDS Itatá era reivindicado por um grileiro, como são chamadas as pessoas que ocupam de forma ilegal - e muitas vezes violenta - porções de terra na Amazônia. Uma

vez estabelecido, e minimizada a ameaça por ele representada, o território do PDS passou a ser ocupado espontaneamente por indígenas e agricultores(as) (De Almeida, Saraiva e Marinho, 2023).

Tabela 1. Características gerais dos Projetos de Assentamento

Projeto de Assentamento	Ano de Criação	Município	Área (ha)	Capacidade de famílias	Famílias Assentadas
Assurini	17/07/1995	Altamira	34.579,1243	500	453
Bom Jardim	22/12/1997	Pacajá/Portel	90.703,8176	921	711
Lajes	08/04/2014	Altamira/Senador José Porfírio	47.479,6600	570	525
Itatá	08/04/2014	Senador José Porfírio	51.755,6400	510	421
TOTAL			224.518,24	2501	2110

Fonte: INCRA

Com base em dados do Incra (área e número de famílias), o tamanho médio das propriedades na região dos quatro assentamentos é de 104,32 hectares, pouco mais de um módulo fiscal na região, portanto.

Perfil dos(as) entrevistados(as)

Entre os 221 participantes do levantamento junto às unidades familiares, a maioria era de homens (69%). A parcela autodeclarada parda também foi superior às demais, representando 67% da amostra. A idade de 84% dos(as) entrevistados era superior a 35 anos. Entre as pessoas entrevistadas (221), a grande maioria não teve a oportunidade de estudar. 72% das pessoas não são alfabetizadas

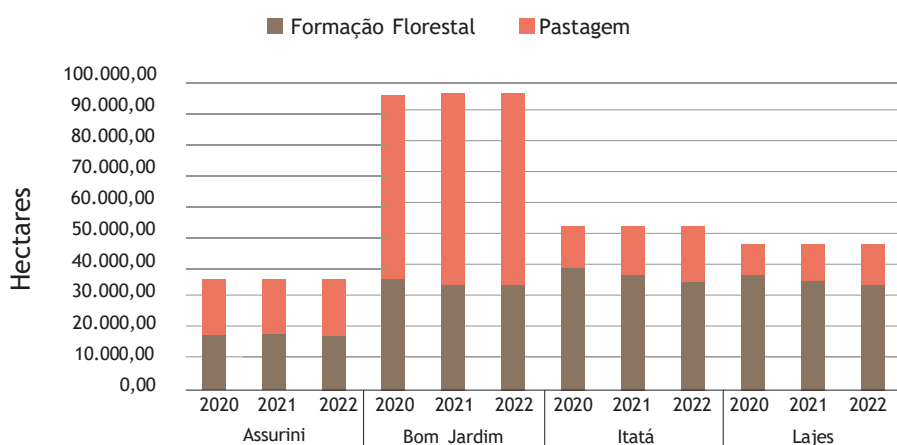
ou não conseguiram completar o Ensino Fundamental. No estado do Pará como um todo a média é melhor, as pessoas estudaram mais: completaram o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e Ensino Superior. As pessoas que não são alfabetizadas ou não conseguiram completar o Ensino Fundamental representam 39% no estado.

Transformações no uso e cobertura do solo

As análises de uso e cobertura do solo são ferramentas essenciais para compreender as dinâmicas de alteração da paisagem ao longo do tempo em função de atividades antrópicas. Embora cada projeto de assentamento possua um histórico de ocupação específico e características particulares de uso do solo, a região possui marcada presença de pastagens e crescente relevância de plantios de cacau.

Com exceção do PA Assurini, os demais assentamentos têm enfrentado uma perda consistente de sua cobertura florestal nos últimos três anos. Da mesma forma, com exceção do PA Assurini, em todos os assentamentos a área de pastagem aumentou. No PA Itatá essa expansão das áreas de pastagem foi maior: de 13.942,22 hectares em 2020, para 18.237,91 em 2022.

Figura 2. Evolução da formação florestal e pastagem nos quatro assentamentos.

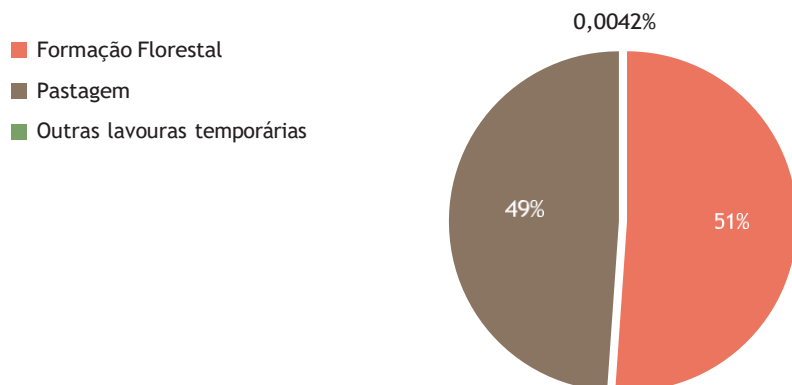


Fonte: MapBiomias, 2023.

Ao todo, foram identificados **112.445,9683 hectares de pastagem** nos quatro projetos de assentamento.

Desse total, 55,67% estão localizados no PA Bom Jardim, o maior em termos de dimensão territorial.

Figura 3. Uso e cobertura do solo nos quatro assentamentos.

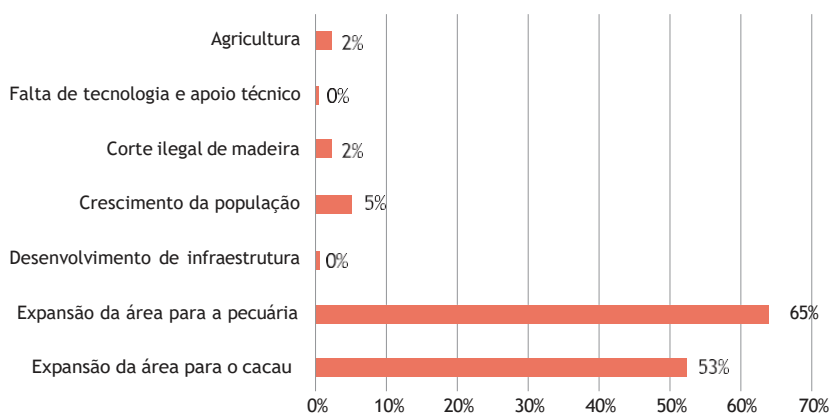


Fonte: MapBiomass, 2023.

Para os(as) agricultores(as) que participaram do levantamento nas unidades familiares, a expansão das áreas de pecuária é, atualmente, o principal vetor de desmatamento na região, aparecendo em 65% das respostas. Com perguntas de múltipla escolha, a implantação de lavouras de cacau aparece em segundo lugar, sugerida como vetor de desmatamento em 53% das respostas (a soma é

superior a 100% pois tratava-se de uma questão em que os respondentes mais de um vetor). Esse dado é bastante revelador e sugere atenção para uma transformação das formas de ocupação do solo. Ainda que em segundo lugar, o montante de entrevistados(as) que consideram a expansão da área de cacau o principal vetor de desmatamento na região é bastante significativo.

Figura 4. Principais vetores de desmatamento nos assentamentos



Fonte: elaboração própria.

As entrevistas em profundidade revelaram o mesmo cenário, com a pecuária aparecendo em primeiro lugar entre as razões do desmatamento e o cultivo de cacau em terras com boa aptidão, em segundo.

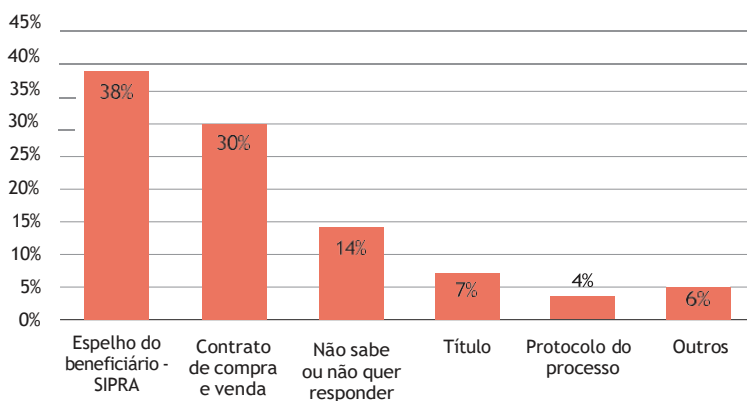
Sob esse aspecto, a pesquisa revelou que o plantio de cacau a pleno sol, em que os cacauzeiros não compartilham o espaço com outras espécies, tem sido adotado por um número crescente de agricultores(as). A pesquisa identificou 122 áreas de cacau à pleno sol e 42 de Sistemas Agroflorestais (SAFs) (em determinados lotes são encontradas ambas as modalidades de cultivo). Boa parte destas áreas de cacau à pleno sol são plantios na modalidade clonal, resultados do aprimoramento genético e da reprodução sexuada da planta. Esses monocultivos vem substituindo sistemas agroflorestais antigos e consolidados, o que sinaliza para uma transformação importante na cacauicultura regional. O que se percebe aqui, é uma possível atração exercida pela recente alta dos preços pagos por esse produto e a relativa proximidade de empresas compradoras do produto na região, que vem incentivando o plantio de espécimes clonais considerados mais produtivos em curto prazo. Sua sustentabilidade ambiental e econômica a longo prazo,

contudo, merece ser avaliada, uma vez que plantios a pleno sol demandam recursos hídricos e de manejo em escala substantiva. Esses achados vão ao encontro do estudo de Folhes G Serra (2023), que identificam na região dos municípios de Brasil Novo, Altamira e Medicilândia o avanço de uma trajetória tecnológica baseada em monocultivos de cacau clonal caracterizados por baixa diversidade biológica e genética e uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos.’

Situação fundiária e ambiental

A regularização fundiária e ambiental dos estabelecimentos rurais na Amazônia brasileira permanece sendo um desafio relevante e na região de intervenção do projeto SAFE não é diferente. A pesquisa de base revelou que **apenas 7,2% das famílias possuíam o título definitivo da terra**, o que torna a situação fundiária na região bastante vulnerável. O conhecimento dos(as) agricultores(as) sobre seus direitos de acesso à terra ainda é frágil. Convidados a autoavaliarem seu conhecimento sobre direitos fundiários, 46% avaliam como regular e 43% como ruim ou péssimo. Apenas (2) entrevistados(as) classificaram o seu conhecimento como excelente.

Figura 5. Tipo de documento de posse da terra

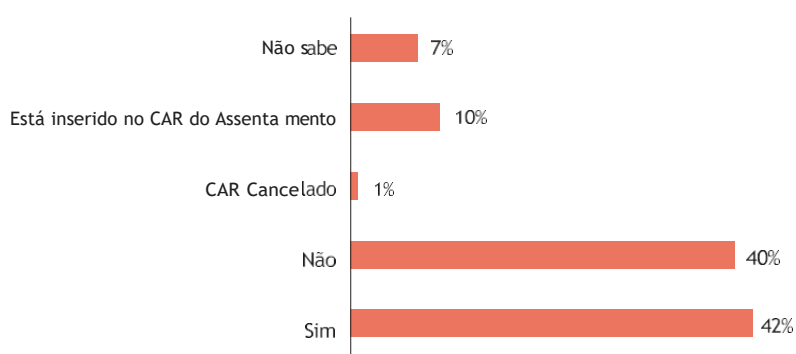


Fonte: elaboração própria.

Quanto à regularidade ambiental, um primeiro passo em sua direção consiste na existência de Cadastro Ambiental Rural (CAR) para caracterizar as áreas de Reserva Legal, de Proteção Permanente e produtivas dos lotes. Esse cadastro é um registro eletrônico

autodeclaratório, obrigatório para todos os imóveis rurais, que integra de forma pública todas as informações ambientais sem discriminar posses ou propriedades. Entre os 221 participantes da pesquisa, 40% disseram não possuir esse cadastro.

Figura 6. O lote (individual) possui Cadastro Ambiental Rural (CAR)?



Fonte: elaboração própria.

A carência de regularização ambiental tem impactos sensíveis na capacidade de monitorar o desmatamento na região e, conseqüentemente, controlar a abertura de novas áreas. A ausência de regularidade fundiária e ambiental para os lotes também impacta negativamente o acesso ao crédito rural e provoca insegurança quanto às atividades produtivas e de subsistência exercidas nos lotes. Ademais, pode dificultar a comercialização da produção via compras públicas ou mercados que controlem critérios socioambientais, como frigoríficos signatários de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) ou empresas que se comprometeram com protocolos para exportação frente a normativas como o Regulamento da União Europeia sobre Produtos Sem Desmatamento (EUDR). Avançar na regularização ambiental e fundiária é, portanto, necessidade urgente para o acesso e garantia a direitos e controle do desmatamento na região do projeto em particular, e na Amazônia de modo geral.

Acesso ao crédito e assistência técnica

A ausência de regularização fundiária e ambiental dificulta, entre outros, o acesso às linhas de crédito disponíveis. **A falta de documentos legais de posse da terra e de regularidade ambiental foi apontada nas entrevistas como um dos principais entraves para o acesso ao crédito.** Segundo o representante de uma das instituições financeiras entrevistado

Um fator que ajuda a entender a baixa porcentagem de CARs individuais é o recorte fundiário da pesquisa, voltado exclusivamente a projetos de assentamento. Até recentemente, a legislação fundiária não permitia a inscrição de CAR individual para nestas áreas. A responsabilidade por esses cadastros em projetos de assentamento era exclusividade do INCRA, que realizava o cadastro do perímetro total do projeto de assentamento, inserindo gradualmente os nomes dos beneficiários que estivessem assentados. Esse cenário vem mudando, especialmente a partir da política implementada pela IN 131, de 21/06/2023, que permite ao INCRA elaborar CAR individuais para esses lotes, desde que os ocupantes atendam aos requisitos da reforma agrária, possuam o georreferenciamento individual do imóvel, estejam na Relação de Beneficiários (RB) e o projeto de assentamento esteja regularizado.

para a pesquisa, “a *documentação do imóvel deles [da agricultura familiar em assentamentos] é muito difícil. Nem todos têm o título definitivo, nem todos já têm iniciado o protocolo para a regularização. Talvez esse seja o grande problema, a gente não consegue fnanciar. Então acho que a parte documental é mesmo o grande gargalo aqui para a gente fazer as liberações*”.

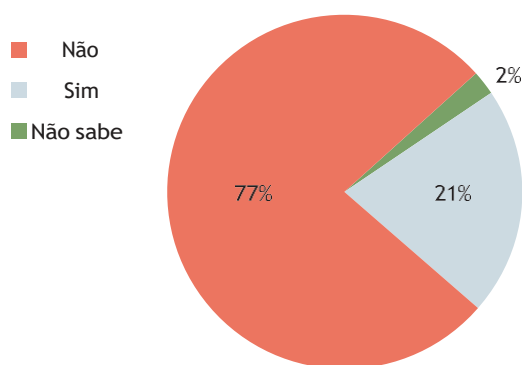
Entre os participantes da pesquisa, 77% afirmaram que jamais haviam contratado crédito para suas atividades produtivas. Entre estes existe também o receio de contratar o crédito e enfrentar problemas para sua quitação: “*não adianta a gente pegar emprestado hoje, aí não dá certo e flca enrolado*” (Agricultora familiar, PA Assurini). “Ficar enrolado” pode ser

entendido como “ficar com o nome sujo/ bloqueado”, seja frente às instituições financeiras seja frente à comunidade.

Em relação às atividades financiadas, a pecuária é a atividade com a maior expressão entre aqueles que obtiveram crédito, representando 56% da amostra, ao passo que apenas 20% dos(as) participantes relataram ter adquirido crédito para as lavouras de cacau. Para a Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), o

desconhecimento dos operadores de crédito sobre a cadeia de valor do cacau é uma das razões que explicam os baixos índices de concessão de crédito para a atividade: *“os agentes de crédito não entenderem a cultura do cacau. E aí como eles não entendem a cultura do cacau, como eles não conhecem, eles entendem que é uma cultura que tem mais risco. Porque não entendem da cultura, eles preferem direcionar esse crédito para outras cadeias”* (Entrevista AIPC).

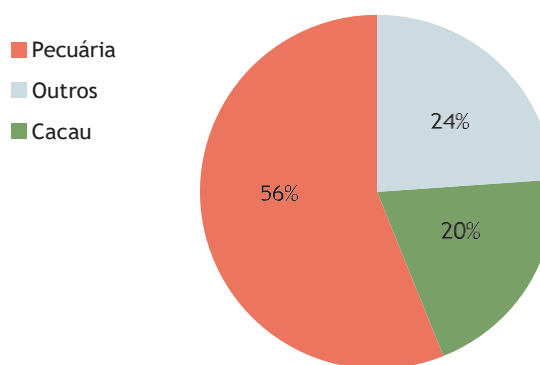
Figura 7. Você já acessou o crédito rural?



Fonte: elaboração própria.

A escassez de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é outro gargalo para a obtenção de crédito e esses serviços estão ausentes da vasta maioria dos estabelecimentos rurais: 88% dos(as) entrevistados(as) disseram não contar com assistência técnica. Diferentemente do crédito, a atividade produtiva que mais recebe a ATER é a cacaucultura, aparecendo em 86% dos casos.

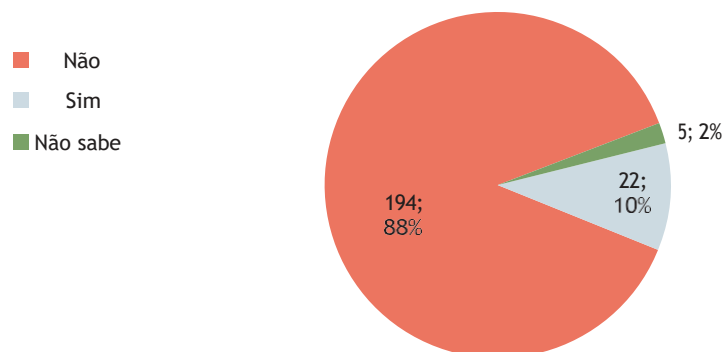
Figura 8. Para qual atividade o crédito foi utilizado?



Fonte: elaboração própria.

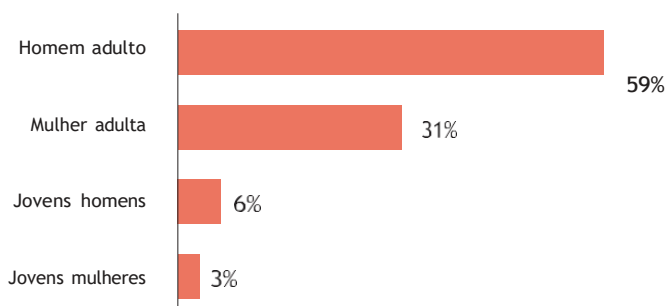
A presença das mulheres nas orientações e atividades de assistência técnica, embora aconteça, ainda é bastante inferior à presença masculina: as orientações técnicas são recebidas pelos homens (chefes de família) em 59% dos casos, ao passo que as mulheres adultas (chefes de família) recebem os serviços de ATER em 31% dos casos.

Figura 9. Assistência técnica no lote



Fonte: elaboração própria.

Figura 10. Recepção da ATER



Fonte: elaboração própria.

Disseminar serviços de assistência, incluindo orientações sobre práticas sustentáveis e garantindo a inclusão e a participação de mulheres e jovens, é fundamental para o desenvolvimento do território. Ademais, aprimorar e implementar atividades e tecnologias contextualizadas para a pecuária é fundamental, uma vez que esta atividade ocupa áreas significativas e exerce um papel importante para a economia da região.

Relações comerciais

As relações comerciais no território são marcadas pela presença dos chamados intermediários, também conhecidos como atravessadores. No caso do cacau, 91% dos(as) agricultores(as) afirmaram que vendem seu produto a intermediários e não diretamente às empresas. Na cadeia da carne bovina, os intermediários são os principais compradores (67%), revendendo os animais frequentemente

a produtores mais capitalizados (24,3%). Além de efetuar a comercialização desses produtos, os atravessadores antecipam pagamentos pela mercadoria a ser entregue futuramente (seja ela gado ou amêndoas), atuando, desta forma, como operadores de crédito dentro do sistema de compra e revenda. Essa relação torna ainda mais complexa sua participação em ambas as cadeias produtivas.

A participação dos atravessadores nas cadeias do cacau e da carne bovina deve ser levada em consideração quando o assunto é o estabelecimento de **parcerias comerciais inclusivas** com empresas e rastreabilidade. Este é um conceito ainda pouco difundido no Brasil e o cenário encontrado pela pesquisa de base demonstra a necessidade de sua difusão. Promover parcerias comerciais inclusivas pode apoiar empresas compradoras a somar responsabilidades pelos fornecedores, viabilizando preços mais justos, contratos seguros, ou apoiando na melhoria da produtividade ou qualidade.

As moageiras de cacau e as chocolateiras estabelecidas no território mantêm programas de sustentabilidade por meio dos quais estabelecem parcerias comerciais com seus fornecedores. Na cadeia da carne bovina, a pesquisa mapeou somente uma estratégia de pagamento diferenciada por categoria de bovinos, mas a empresa, que não possui planta frigorífica no território, não forneceu detalhes sobre o percentual pago aos produtores, a categoria de animais

Parcerias comerciais inclusivas buscam facilitar e promover a participação das pessoas vulneráveis nas atividades econômicas e na cadeia de abastecimento sustentável. São compromissos bilaterais ou multilaterais expressos, em planos de ação conjuntos, treinamentos, contratos de compra que indiquem elementos de parcerias inclusivas ou outros acordos. Para saber mais:



recompensada etc. A concentração das principais moageiras na região do projeto e a distância relativa de frigoríficos exportadores da região pode explicar, em parte, o maior nível de integração e cooperação na cadeia do cacau ante à cadeia da pecuária.

Entre os participantes do levantamento nas unidades familiares, a maioria não compõe parcerias comerciais e não possui interesse em integrá-las. Há temas, contudo, que atraem a atenção em ambas as cadeias produtivas: capacitações para melhoria produtiva foram de interesse para 25% dos(as) agricultores(as) que criam bovinos e 30,8% dos(as) agricultores(as) produtores(as) de cacau; parcerias para compra de insumos com desconto despertam o interesse de 16% na cadeia da pecuária e 17,3% na cadeia

do cacau. Isso demonstra que, embora o conceito de parcerias comerciais seja pouco difundido e mesmo parcerias práticas sejam raras na região, há um caminho fecundo que pode ser trilhado a partir parcerias para capacitação e assistência técnica, bem como para o fornecimento de insumos.

Organização social e produtiva

A organização da agricultura familiar em sindicatos e cooperativas é uma importante ferramenta para a garantia

de direitos e a melhoria dos produtos e negociações da agricultura familiar. A associação a sindicatos na região de intervenção do projeto SAFE é, contudo, baixa: 78% dos entrevistados disseram não integrar nenhum tipo de sindicato. Quanto às cooperativas, foram mapeadas 12 na região do projeto, mas não foram identificadas cooperativas na cadeia da carne bovina. Fortalecer a organização comercial e socioprodutiva constitui uma das ações do projeto SAFE e o projeto firmou parceria com as organizações relacionadas na tabela 03 abaixo.

Tabela 2. Cooperativas na cadeia do cacau.

Nome da cooperativa	Nº de cooperados (por gênero)		Nº cooperados (total)	Principal produto comercializado
	Feminino	Masculino		
COOPCAO - Cooperativa de Produtores de Cacau Orgânicos	03	19	22	amêndoa de Cacau Orgânico
COOPEAZUL - Cooperativa dos Produtores Rurais da Serra Azul.	03	12	15	amêndoa de Cacau
COOPOXIN - Cooperativa de Produtores Orgânicos do Xingu	04	17	21	amêndoa de Cacau Orgânico
COOPATRANS - Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica	15	25	40	amêndoa de Cacau
COOPOTRAN - Cooperativa de Produtores Orgânicos da Transamazônica	09	16	25	amêndoa de Cacau e polpa de fruta

Fonte: elaboração própria

A roda de conversa com as cooperativas levantou necessidades e demandas dessas organizações:

- A comercialização de cacau em pó, polpa, barras ou outros produtos derivados do cacau via políticas de compras públicas foi apontada como estratégia fundamental para o fortalecimento das cooperativas e da agricultura familiar envolvida na cadeia produtiva do cacau.
- Consolidar serviços de ATER adequados e contextualizados à realidade local e às particularidades da cacauicultura da região é outra ferramenta importante.
- Fortalecer a participação das mulheres como associadas e nas diretorias das cooperativas é outra necessidade premente.

Relações de gênero

O projeto SAFE adota uma perspectiva denominada interseccional. Interseccionalidade é um conceito e um quadro teórico que busca facilitar a compreensão das formas pelas quais diversas identidades sociais se relacionam criando experiências combinadas de discriminação e opressão baseadas em duas ou mais características, como gênero e idade, por exemplo (OHCHR, 2022). A adoção dessa perspectiva parte do reconhecimento de que as categorias sociais são heterogêneas e tem como objetivo garantir a proteção

daquelas pessoas cujos direitos são insuficientemente salvaguardados.

Do ponto de vista de gênero, as disparidades são significativas no território e, por isso, a pesquisa analisou detidamente essa questão ao buscar realizar não somente questionários com as mulheres, mas organizou-as em rodas de conversa em que pudessem expressar mais abertamente suas percepções.

A partir deste levantamento, pode-se perceber uma sensível diferença de percepção em relação à divisão de trabalho por gênero na região em foco. Na cadeia do cacau, as entrevistas demonstraram que as mulheres participam de todas as etapas produtivas e as rodas de conversa reforçaram esse achado. Segundo as mulheres do PA Lajes, **“elas fazem de tudo. A começar de brocar a terra, de plantar, de colher, derrubar... - É tudo! Tudo, tudo!”** (Agricultora familiar, PA Lajes). Já na cadeia da pecuária, foi relatado que os homens predominam em todas as etapas. Estudos sobre a inserção das mulheres na pecuária no Brasil são raros, mas vale destacar a publicação **“Mulheres na Pecuária”** publicado pela Embrapa (De Mori et al, 2023). Ela demonstra que a pecuária de corte no país ainda é uma atividade dominada por homens e apenas 13,3% (225.293) das propriedades com bovinos são lideradas por mulheres (esse percentual não discrimina propriedades de agricultura familiar, portanto não corresponde ao público do projeto SAFE). Além disso, as mulheres são minoria na recepção de

serviços de assistência técnica (31,2%) e minoria na contratação de crédito (33%).

No caso do cacau, o estudo de Torres et al (2021) demonstrou que 74,6% dos(as) entrevistados(as) - em Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Anapu, Pacajá e Novo Repartimento, situados ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230) e São Félix do Xingu - mencionaram que as mulheres são fundamentais nas atividades produtivas do cacau, do plantio à colheita. A mesma pesquisa demonstrou que apenas 1,5% relataram a participação das mulheres na pecuária.

Nas duas rodas de conversa realizadas apenas com mulheres, o tema da decisão sobre o uso dos recursos causou algum constrangimento, mas pode-se perceber que, majoritariamente, a decisão acerca de investimentos produtivos fica à cargo dos homens, ao passo que os gastos da casa e da família podem - embora nem sempre demandem - envolver as mulheres: *“Lá na minha casa é assim: meu marido, ele decide tudo! Ele compra tudo, de tudo! Do alimento a tudo, é ele que decide tudo. Não me pergunta, não. Ele vai lá e faz, e pronto! O dinheiro está na mão dele”* (Agricultora familiar, PA Lajes). Outra representante fez a seguinte avaliação: *“se eu preciso, eu peço pra ele, e aí outras coisas, tipo pra mim e para as meninas, aí já é diferente, aí eu vou e eu gasto”* (Agricultora familiar, PA Lajes). A participação feminina na agricultura familiar requer um olhar atento, uma vez que existe um processo histórico de invisibilização de seu trabalho e sua relegação ao âmbito das atividades domésticas. *“O peso do trabalho leve”,*

artigo clássico de Maria Ignez Paulilo (1987) no campo dos estudos rurais no Brasil, já sinalizava para a desvalorização dos trabalhos executados pelas mulheres nas lavouras e roçados, frequentemente descritos como “ajuda” àqueles executados pelos homens chefes de família. As dinâmicas de invisibilização e o não reconhecimento das mulheres no campo tanto como trabalhadoras quanto como sujeitos de direito também são analisadas em estudos como os de Faria (2009), Neves G Medeiros (2013) e Herrera (2016).

Deste quadro advém a importância de políticas públicas que apresentem um recorte interseccional. Nas políticas mapeadas a seguir, foram levantadas 13 ferramentas que incluem critérios interseccionais, sendo 8 na esfera federal e 5 em âmbito estadual. Em sua maioria, tais critérios voltam-se à inclusão de mulheres e, em menor grau, de juventudes e Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCTs).

Políticas públicas e rastreabilidade

O estudo de base mapeou 27 políticas e programas federais e estaduais com variados graus de aderência à promoção de sustentabilidade, transparência e devida diligência. Esse número é significativo e revela um interesse pelo estado brasileiro em fomentar práticas sustentáveis junto às cadeias do cacau e da carne bovina e à agropecuária de forma abrangente.

Em nível federal foram mapeados 17 instrumentos de política pública. Embora a maioria dos programas se concentre no fomento à produção sustentável, alguns citam a rastreabilidade

(Amazônia+Sustentável e Inova Cacau 2030), e apenas a plataforma AgroBrasil+Sustentável foca em fornecer informações para processos de devida diligência e transparência.

Quadro 1. Políticas federais voltadas à sustentabilidade, transparência e devida diligência

Nome da política	Instituição líder
Plano Amazônia +Sustentável	MAPA
Programa e Plataforma AgroBrasil + Sustentável	MAPA
Plano Inova Cacau 2030	MAPA/CEPLAC
Programa Florestas Produtivas	MDA
Quintais Produtivos das Mulheres Rurais	MDA/MDS
Programa Nacional de Crédito Fundiário Jovem	MDA
Programa Bolsa Verde	MMA
Cacau Carbono Neutro	CEPLAC
Carne Carbono Neutro	Embrapa
Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas	MAPA
Plano ABC+	MAPA
Programa Fomento Rural	MDS
Rotas de Integração Nacional: Rota do Cacau	MIDR
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	MDS
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	FNDE/MEC
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER)	MDA
Programa Floresta+	MMA

Fonte: Elaboração própria.

Em nível estadual foram mapeados 10 instrumentos de política pública com variados

graus de aderência à promoção de sustentabilidade, transparência e devida diligência.

Quadro 2. Políticas estaduais voltadas à sustentabilidade, transparência e devida diligência nas cadeias do cacau e da carne bovina.

Nome da política	Instituição líder
Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraenses	SEMAS/PA
Plano Estadual da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais (PEAFCT)	SEAF/PA
Programa de Aceleração do Crescimento e Consolidação da Cacaicultura no Estado do Pará (PAC CACAU-PA)	SEDAP/PA
Programa Territórios Sustentáveis (PTS)	SEMAS/PA
Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio)	SEMAS/PA
Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN)	SEMAS/PA
Fundo de Apoio à Cacaicultura do Estado do Pará (Funcacau)	SEDAP/PA
Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA)	SEMAS/PA
Prosaf	Ideflor-Bio
Instrução Normativa 07/201	SEMAS/PA Ideflor-Bio

Fonte: Elaboração própria.

Quanto às ferramentas de rastreabilidade, a pesquisa mapeou 10 iniciativas no âmbito da cadeia da pecuária, sendo quatro delas são iniciativas governamentais (1 federal e 3 estaduais) e outras 4 são iniciativas privadas (PRIMI, SMGeo Prospec, Conecta e Pecuária Transparente). O terceiro setor (sociedade civil)

desenvolveu duas iniciativas de rastreabilidade: Visipec e Programa de Produção Sustentável de Bezerros. A Guia de Trânsito Animal (GTA), gerenciada pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará é a mais difundida entre os(as) agricultores(as), uma vez que se trata de um documento obrigatório para o transporte de animais no estado.

O Selo Verde é uma plataforma de transparência desenvolvida pelo governo do estado para monitorar e avaliar políticas de desenvolvimento agropecuário sustentável e combate ao desmatamento ilegal. A partir

de um número CAR, a plataforma realiza uma análise de compliance, gerando um diagnóstico da área consultada. Nenhuma das ferramentas de rastreabilidade é empregada por intermediários/atravessadores.

Quadro 3. Iniciativas de rastreabilidade



Iniciativas de rastreabilidade na cadeia da carne bovina

- Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV) - MAPA
- Selo Verde - SEMAS/PA
- Sistema de Rastreabilidade Bovídea Individual do Pará (SRBIPA) - Adepará/PA
- Guia de Trânsito Animal (GTA) - Adepará/PA
- Conecta - Safetrace
- Visipec - NWF
- SMGeo Prospec - Niceplanet
- Programa de Rastreabilidade Individual e Monitoramento de Indiretos (PRIMI) - Frigorífico Rio Maria/Niceplanet
- Programa de Produção Sustentável de Bezerros - IDH
- Pecuária Transparente - JBS



Iniciativas de rastreabilidade na cadeia do cacau

- CocoaWise™ - Cargill
- Programa de Rastreabilidade Barry Callebaut - Barry Callebaut
- MultiTrace - Rainforest Alliance
- Projeto piloto CIC/TraceTech

Fonte: elaboração própria.

Na cadeia de valor do cacau, as ferramentas de rastreabilidade não são utilizadas isoladamente, mas integram o escopo dos programas

de sustentabilidade das empresas. A certificação *Rainforest Alliance* foi a única certificação independente mapeada e ela integra o Nestlé Cocoa Plan. Em todos

os casos, somente as compras diretas dos produtores são rastreadas, aquelas efetuadas via intermediários não o são. A única ferramenta não empregada na região pelos cacauicultores(as) é aquela desenvolvida pelo Centro de Inovação do Cacau (CIC) em parceria com a TraceTech, cujo projeto piloto foi desenvolvido no sul da Bahia e atualmente está sendo implementada no estado de Rondônia.

Vale mencionar que existem outras iniciativas de rastreabilidade e certificação em desenvolvimento:

1. *Selo Cacau Amazônia*. Idealizado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), fixa diretrizes para produção sustentável e rastreabilidade do cacau na Amazônia e busca garantir que o cacau foi produzido sem desmatamento, com respeito aos direitos trabalhistas e comunidades locais.
2. *Iniciativa Associação da Indústria Processadora de Cacau (AIPC)*. Ainda sem padrões definidos, trata-se de um esforço do setor industrial para estabelecer padrões e mecanismos de rastreabilidade do cacau brasileiro.
3. *Aplicativo Bem diverso, Conexsus/Embrapa*. Em desenvolvimento com apoio do projeto SAFE. Originalmente criada para a cultura do açaí, trata-se de um aplicativo

que visa oferecer ferramentas de gestão e rastreabilidade específicas para cooperativas de produtores, facilitando o registro e acompanhamento da produção, processamento e comercialização do cacau.

Em que pese a profusão de políticas de sustentabilidade, transparência e devida diligência e ferramentas de rastreabilidade, desdobramentos efetivos no território ainda são um desafio. Os(as) participantes do levantamento junto às unidades familiares conhecem pouco sobre tais iniciativas e seu emprego efetivo na região é uma lacuna dessas iniciativas.

Quanto à rastreabilidade, se, por um lado, há falta de regularidade ambiental e fundiária, a mesma falta gera desconfiância entre os(as) agricultores(as) de que ferramentas de rastreabilidade venham a expor tais fragilidades e, conseqüentemente, tragam prejuízos financeiros e reputacionais à agropecuária praticada na região. Por isso, iniciativas de rastreabilidade precisam andar junto de políticas e programas que tragam regularização para as cadeias, integrando seus produtores e produtoras aos circuitos formais de comercialização.

Considerações finais

Esta pesquisa demonstrou que desafios históricos da Amazônia como um todo se reproduzem, em seus próprios termos,

na região dos quatro assentamentos. A atividade pecuária persiste como um vetor central de desmatamento, configurando a primeira estratégia de ocupação do território. Atualmente, as pastagens se estendem por cerca de 49% de sua área, revelando a importância da atividade na região e a necessidade premente de ações em prol de sua sustentabilidade. Com baixos índices de assistência técnica e valor agregado, sua persistência na agricultura familiar requer ações coordenadas e sistemáticas, considerando a característica de longo prazo dessa atividade produtiva.

Um achado fundamental da pesquisa diz respeito à expansão da cacauicultura na região. Embora a criação de gado ainda seja apontada como o principal uso da terra tanto nas entrevistas quanto no levantamento junto às unidades familiares, o plantio de cacau foi mencionado como vetor de desmatamento por 53% dos(as) entrevistados(as). O cultivo de espécimes clonais a pleno sol mostrou-se a opção privilegiada de cultivo na região, sobrepondo e substituindo áreas de sistemas agroflorestais mais antigas e consolidadas. A recente valorização do produto no mercado internacional, junto do incentivo das empresas em prol do emprego de espécimes clonais, considerados mais precoces e produtivos em curto prazo, explica parcialmente esse avanço e requer atenção por parte do estado e das políticas públicas.

Baixos níveis de regularização fundiária e ambiental tornam insegura a situação de agricultores(as) familiares no território. Essa situação é agravada pela falta

de conhecimento acerca dos próprios direitos sobre o acesso à terra e às imprecisões conceituais que permeiam a compreensão de documentos relativos à posse da terra e à regularidade ambiental. O Cadastro Ambiental Rural (CAR), por exemplo, é entendido recorrentemente como mecanismo de titulação de terras quando, em verdade, é empregado somente na regularização ambiental das propriedades e posses rurais.

Em adição a esta carência, dificuldades no acesso ao crédito e à assistência técnica são entraves importantes ao acesso pleno a direitos e políticas públicas, além de gargalos relevantes à sustentabilidade da agropecuária da região. A baixa capilaridade dos serviços de assistência técnica agrava o cenário de desmatamento irregular e configura uma barreira à difusão de tecnologias adaptadas e sustentáveis à agropecuária da região. Embora muitas políticas públicas que envolvem a prestação desses serviços tenham sido mapeadas pelo estudo, é preciso que seus desdobramentos práticos alcancem o segmento da agricultura familiar de forma ampliada e sistemática, incluindo-se nelas uma perspectiva interseccional.

Outra consideração importante mapeada pelo estudo diz respeito à indelével presença de intermediários nas relações comerciais da cacauicultura e da pecuária. A centralidade destes atores no escoamento da produção e na antecipação de pagamentos aos(as) agricultores(as) complexifica ambas as cadeias produtivas e deve ser observada nas políticas para o desenvolvimento

sustentável. O fortalecimento de parcerias comerciais inclusivas também demanda que esse quadro seja levado em consideração.

Os desafios presentes na região poderiam ser, em boa medida, enfrentados a partir da organização dos atores em cooperativas e sindicatos. No entanto, o estudo de base demonstrou que 78% dos(as) entrevistados(as) não são vinculados a nenhum sindicato e não foram encontradas cooperativas ligadas à cadeia da pecuária. O cenário é bastante diferente na cadeia do cacau, em que foram mapeadas 12 cooperativas. Na região, agricultores(as) que criam bovinos comercializam principalmente bezerras ou mesmo bovinos mais formados para outros produtores ou atravessadores. Do ponto de vista da cadeia da pecuária como um todo, sua posição se fragiliza, uma vez que, desta forma, deixam de comercializar bovinos diretamente com frigoríficos e negociar bonificações por volume ou qualidade dos animais negociados com estas empresas. Transações coletivas a partir de associações ou cooperativas poderiam ser ainda mais benéficas, fortalecendo sua posição na dinâmica da cadeia.

Sob a perspectiva da interseccionalidade, a desigualdade de gênero é um traço marcante no território, que acaba por reproduzir assimetrias de poder, seja social, político ou econômico, verificadas na sociedade brasileira como um todo. As consequências dessa assimetria se percebem nos índices inferiores de

recepção de serviços de assistência técnica e contratação de crédito em relação aos homens. Ademais, o trabalho das mulheres nos lotes é atravessado por um processo de invisibilização, que faz com que, ao serem questionadas sobre seu papel nos lotes, o resumam inicialmente ao serviço doméstico. No entanto, ao serem perguntadas diretamente sobre suas atividades produtivas, descrevem em detalhes as atividades de plantio, preparo da terra, manejo, colheita e beneficiamento. Ainda que atuem de forma menos expressiva no trabalho com o gado de corte, seu papel é fundamental na cadeia do cacau, onde estão presentes em todas as fases do processo. O reconhecimento dessas disparidades é fundamental para a construção de políticas inclusivas, que atendam as necessidades e os direitos daquelas(es) a quem estes não são suficientemente garantidos.

Em que pesem os desafios apontados, a região compreendida pelos assentamentos, na área de influência da rodovia Transamazônica e do Rio Xingu possui grande potencial para o desenvolvimento sustentável e é guardiã de uma expressiva sociobiodiversidade. O mapeamento de 27 ferramentas de políticas públicas federais e estaduais com variados graus de aderência à promoção de sustentabilidade, transparência e devida diligência demonstra o interesse crescente nessas agendas. Em diferentes fases de implementação, se fortalecidas, tais políticas podem

se transformar em importantes vetores para a contenção do desmatamento e a promoção de cadeias produtivas sustentáveis. A partir do aprimoramento das políticas públicas existentes, do fortalecimento de coletivos socioprodutivos locais e das iniciativas multiatores, podem-se vislumbrar melhores condições de desenvolvimento sob condições socioeconômicas e ambientalmente sustentáveis.

Recomendações

Para sanar os desafios expostos ao longo do documento, foram listadas algumas ações que podem contribuir com a promoção de cadeias produtivas sustentáveis, socialmente justas e economicamente prósperas. A listagem, longe de ser exaustiva, fornece pistas e caminhos com possibilidades de ação para inspirar agentes públicos e privados, do terceiro setor ou organizações independentes.

- Fortalecer a Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) voltada à pecuária, incluindo orientações voltadas à sua sustentabilidade.
- Serviços de assistência técnica devem estar sensíveis aos aspectos sociais das famílias, como o índice de escolaridade, as condições de moradia e acesso aos serviços básicos. Violência de gênero e trabalho infantil também necessitam de observação. Acompanhar a ampliação das áreas de cultivo de cacau a pleno sol e

o desmatamento associado, que pode ser intensificado em função da atual valorização do preço do cacau.

- Explorar mecanismos que melhorem e fortaleçam os vínculos dentro das cadeias produtivas, investindo em parcerias comerciais inclusivas e estabelecendo relações de confiança entre seus elos por meio de processos e diálogos multiatores.
- Realizar atividades de sensibilização sobre diversidade e interseccionalidade nos coletivos multiatores e órgãos públicos. Considerar os aspectos de diversidade e, fortalecendo e reforçando a participação de mulheres, jovens e populações tradicionais nas discussões.
- Incentivar as instituições financeiras a simplificarem seu diálogo com pequenos produtores e operacionalizar linhas de crédito na cacauicultura compatíveis com a realidade da agricultura familiar amazônica.
- Realizar formações nos assentamentos com participação ativa de mulheres e jovens, sobre temas como: diferença entre tipos de documentos de propriedade e posse de terra, procedimentos para obtenção de título de terra/ CAR e Direitos das mulheres (propriedade de terra). Levar em

conta, entre outros, as dificuldades de acesso aos centros urbanos ou mais urbanizados dentro dos assentamentos; assistência em viagens; datas e horários que favoreçam a participação de agricultoras e agricultores; a criação de ambientes favoráveis às mulheres (com a participação das mulheres como palestrantes e a criação de espaços de recreação para crianças, por exemplo); estratégias de comunicação eficazes.

- Apoiar os órgãos públicos competentes nos processos de regularização fundiária.

Ações como essas podem apoiar a região na transição para cadeias de valor mais sustentáveis, reduzindo o desmatamento, ao mesmo tempo em que asseguram práticas mais rentáveis e garantam que as próximas gerações vivam e produzam alimentos com qualidade.

Referências

DE ALMEIDA, Marcleiton Curuaia; SARAIVA, Márcia Pires; MARINHO, Jose Antonio. 2023. Indígenas, camponeses e apropriação da terra na Gleba Ituna, Senador José Porfírio (PA). *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 16, n. 7, p. 7867-7882.

DE MORI, C. et al. 2023. *Mulheres na Pecuária*. Brasília: Embrapa.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FOLHES, Ricardo Theophilo G.; SERRA, Anderson Borges. 2023. Os efeitos da concorrência de trajetórias tecnológicas na economia cacaueteira paraense sobre as promessas de sustentabilidade do setor: um estudo a partir da transamazônica, Pará, Brasil. *Paper do NAEA*, Volume 1, Nº 1 (Edição 555) ISSN 15169111.

HERRERA, Karolyna Marin. 2016. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. *Política fi Sociedade*. Florianópolis, vol. 15. Edição Especial. Pp. 208-233.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça.

NEVES, D; MEDEIROS, L. (Org.). 2013. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa.

PAULILO, Maria Ignez Paulilo. 1987. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro - RJ, v. 5, n.28, pp. 64-70.

TORRES, B. F.; BRAGA, D. P.P.; SILVA, E.J.V da. 2021. *O papel das mulheres e o cacau agroflorestal na transamazônica paraense*. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais.

United Nations Network on Racial Discrimination and Protection of Minorities. 2022. *Guidance Note on Intersectionality, Racial Discrimination fi Protection of Minorities*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/minorities/30th-anniversary/2022-09-22/GuidanceNoteonIntersectionality.pdf>